

O Lugar do patrimônio cultural contemporâneo: conceito e realidade a partir de uma visão amazônica

Claudia Helena Campos Nascimento¹

Mestranda do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU, UFPA; Técnica em Gestão Cultural/Arquiteta da Secretaria de Estado de Cultura do Pará – SECULT, Belém, PA; especialista em Semiótica e Artes Visuais; licencianda em Artes Visuais – ICA/UFPA.

E-mail: crodianascimento@yahoo.com.br

Resumo: *Este artigo pretende discutir sobre o patrimônio cultural e seu Lugar, em seus aspectos físico e simbólico, e a “invisibilidade” de seus elementos, através de dois exercícios de etnografia: num sítio rural do município de Bujaru/PA e uma situação urbana em Belém/PA. Ambos têm elementos materiais relevantes para preservar: na comunidade rural (Santana do Bujaru) tem uma igreja bi-centenária e, na cidade de Belém, mais de uma centena de objetos escultóricos situados em espaços públicos. A análise pretende caracterizar o “locus” do patrimônio cultural como Lugar de Memória (Pierre Nora) e Não-Lugar (Marc Augé), com a intenção de entender como estes conceitos são importantes para compreender o patrimônio cultural na sociedade contemporânea e quais os elementos que fizeram a invisibilidade um sintoma do Modernismo.*

Abstract: *This article intends to discuss about the cultural heritage and their Place, as symbolic and physic aspects, and the “invisibility” of their elements, through two ethnography exercises: in a rural site in Bujaru/PA town and an urban situation in Belém (capital of the state of Pará-Brazil). Both of them have relevant material elements to preserve: in the rural community (Santana do Bujaru) has a bicentennial church and, in the city of Belém, more than a hundred of sculptural objects situated in public spaces. The analysis intends to characterize the cultural heritage “locus” as Memory Place or Sites of Memory (Pierre Nora) and Non-Places (Marc Augé), intending to understand how these concepts are important to comprehend the cultural heritage in the contemporary society and what elements made the invisibility a symptom of Modernism.*

Palavras-chave: *Etnografia; Lugares de Memória/Pierre Nora; Não-Lugares/Marc Augé; Patrimônio Cultural; Pará-Brasil.*

Keywords: *Ethnography; Memory Place or Sites of Memory (Pierre Nora); Non-Places/Marc Augé; Cultural Heritage; Pará-Brazil.*

Área temática: *Desenvolvimento e perspectivas antropológicas*

¹ Currículo Lattes em <http://lattes.cnpq.br/7528362019835807>

Introdução

Para o entendimento de um contexto cultural é necessário vivenciá-lo. Durante algumas décadas vivenciando o campo de batalha da preservação dos bens culturais, mais especificamente o arquitetônico e urbanístico, muito mais que posições afirmativas, se acumulam questões que a realidade não responde a favor do esforço de manutenção destes bens. Manutenção, entendida não numa posição de congelamento, mas de conservação, de manutenção das referências, nem sempre claras para o povo a que se referem como herança cultural. Há muito as questões que cercam a preservação do patrimônio edificado entram em choque com a necessidade de atender à atualização de usos e funções; valores simbólicos se tornam menos relevantes, senão associados ou dependentes de um referendo do sistema econômico.

Contudo, sem o romantismo de negá-lo, e por tratarmos da matéria da Cultura, por si só dinâmica, os processos de modernização e de submissão do patrimônio cultural aos valores econômicos e à eficiência dos meios, trazem à cena antagonismos que, como esfinges, nos provocam respostas. Sem buscarmos no campo das políticas públicas, tão complexas, pois muitas vezes se sobrepõem na proteção dos bens culturais a várias instâncias legais, voltaremos à análise para a compreensão das formas de assimilação e apropriação destes espaços, tão ricos de significados e tão frágeis (o que por si só já é um contrassenso).

Partiremos de duas situações bem distintas: uma comunidade que foi o sítio original do município de Bujaru, com sua igreja de pedra e imaginárias em madeira, e os monumentos em espaços públicos em Belém capital do estado do Pará. Acreditamos que os dois casos são, exemplares para vários contextos, refletindo tanto o trato do patrimônio cultural imóvel no contexto rural quanto urbano na Amazônia, onde existem disparidades objetivas na relação da sociedade com o meio ao qual estão relacionados. Durante os anos que temos trabalhado com o patrimônio cultural paraense poderíamos estabelecer estes dois modelos como recorrentes: do bem patrimonial imóvel em pequenas comunidades e nas principais cidades, como Belém, Santarém ou núcleos onde o processo de urbanização vem sendo intensificado. Sendo assim, a escolha dos dois modelos provoca as inquietações impulsionaram as construções aqui propostas.

Santana do Bujaru, comunidade distante cerca de 110 km por via rodoviária da cidade de Belém/PA, sítio original do município de Bujaru/PA e possuindo como marco arquitetônico a igreja de sua padroeira, manteve-se “invisível” pelo poder público, até que sua comunidade encaminhou processo solicitando o tombamento desta. Em Belém, objetos tridimensionais em praças e vias públicas, de inegável valor histórico e estético são igualmente “invisíveis” ao olhar da maioria dos passantes, o que leva à sua paulatina dilapidação. Sobre os dois casos incide uma realidade: a vida cotidiana contemporânea e sua dinâmica, configura espaços que, mesmo sob políticas públicas de preservação, não são suficientes para a sua permanência e proteção.

Muito além do lugar-comum do “conhecer para preservar”, estes bens, por estarem num contexto dinâmico diferente do qual surgiram, estão fragilizados, nem tanto pela falta de conhecimento histórico sobre eles, mas pela não apropriação como referenciais culturais. E isso se deve à dinâmica complexa da modernidade, visto que, de uma forma ou de outra, o conhecimento é cada vez mais facilitado e, nem por isso, garante sua preservação.

Ambos os temas foram objeto de pesquisa específica, de Mestrado em Arquitetura e Urbanismoⁱ – linha Patrimônio, restauro e tecnologia (em curso) – do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, e de Especialização em Semiótica e Artes Visuaisⁱⁱ, do Instituto de

Ciências da Arte, ambos pela Universidade Federal do Pará. Para a construção deste artigo iremos dialogar com os conceitos de Lugar de Memória (Pierre Nora) e Não-Lugar (Marc Augé) sob o foco da invisibilidade destes bens culturais, buscando entender o Lugar destes na sociedade contemporânea e de que forma o foco da preservação destes bens pode contribuir para o desenvolvimento.

Acessos aos Lugares

“O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço.”
(Cidades Invisíveis, Ítalo Calvino)

Para entendermos o significado do tema, temos que contextualizar o campo e o objeto da pesquisa para, em sequência, podermos trabalhar os meios para esta análise. Os caminhos que levam à Santana não são apenas vias físicas, mas também metodológicas que vão descortinar um conhecimento sobre esta “comunidade invisível”, cuja visibilidade pode oferecer, por sua vez, o risco de uma escolha entre ser um Não-lugar ou um Lugar de Memóriaⁱⁱⁱ, conceitos que estarão sempre sendo articulados, para que não haja a sacralização simbólica da Igreja de Santana do Bujaru. A situação de Santana é emblemática: não raramente encontramos riquezas da presença humana na Amazônia onde menos poderíamos supor, como engenhos ou igrejas, em ruínas ou em plena vida.

Em relação aos bens de Belém, não temos dificuldades físicas. Estes objetos, denominados comumente como “monumentos” encontram-se espalhados por Belém e, muitas vezes, são pouco valorizados como marcos de um tempo, expressos em formas plásticas, em sua relação com o espaço urbano. A dificuldade para o entendimento de seu conjunto está na dispersão, o que exige uma leitura com articulações múltiplas, agrupamentos espaciais ou circuitos temáticos, relações complexas. Com o correr da pesquisa e o registro da ação nem sempre positiva das esferas públicas, quer pela elaboração de posturas, ações de proteção ou de valorização, foi brotando a sensação de que estes elementos não seriam objeto de materialização de uma identidade com o cidadão de Belém atual, e tampouco com o discurso estético e cultural da contemporaneidade. Estão “invisíveis” e à vista de todos.

A igreja de Santana do Bujaru está numa localidade distante, protegida dos olhos constantes; aos monumentos de Belém temos livre acesso. Seria de se esperar que o processo de degradação fosse mais intenso no primeiro que no segundo, o que não é o que de fato ocorre.

Como as cidades de Calvino, os sítios patrimoniais são plenos de significados e invisíveis; são patrimônio e conteúdo objetivo, propulsores de formas de comportamento e riquezas. Estes Lugares, contudo, podem ser compreendidos, assim como seus caminhos que, ao contrário das descrições de Marco Polo, são relevantes e determinantes ao entendimento. Como a descoberta de tesouros ocultos, impulsionam à cobiça ou ao progresso.

Caminhos e caminhadas

A região amazônica, talvez mais que qualquer outra do Brasil, deve o seu desenvolvimento aos caminhos das águas. Do século XVII ao XIX, quase que exclusivamente as rotas de

interiorização eram dependentes dos rios e, em suas margens, surgiram missões religiosas, engenhos e povoados. A própria colonização da região deve às águas: a localização do núcleo original de Belém foi estratégia à foz do rio Guamá, cercada pelo alagado do Piri, como um fosso natural para a fortificação que lhe foi ponto inicial. São inúmeros os relatos dos viajantes ao longo dos rios e a descrição da região a partir deles. A dotação de sesmarias considerava datas de uma por três léguas, tendo as margens dos rios como referencial. Contudo não podemos esquecer que uma das primeiras ações no sentido de interligar a recém-fundada cidade de Belém à sua matriz administrativa no Maranhão foi o desenvolvimento de uma rota terrestre, promovida por Pedro Teixeira.

A terra foi um elemento marcante na colonização, tanto que, quando lemos sobre o desenvolvimento de Belém, o lugar-comum é a descrição da superação do alagado do Piri e seu posterior aterramento, permitindo que o vetor de crescimento seguisse por terra, no sentido da Estrada do Maranhão. Especialmente no último século, os caminhos das águas foram menosprezados a favor das rotas terrestres. O advento do automóvel, a política de integrar o Brasil através de rodovias, trouxeram à Amazônia, e em especial para o estado do Pará, a modernidade sobre rodas de borracha. Várias e importantes rodovias foram construídas, nem todas mantidas ou acabadas, mas gerando a expectativa de modernidade ao interior de um estado onde as distâncias entre as principais cidades são medidas em horas de vôo ou dias pelas águas. A construção da malha rodoviária não visou o desenvolvimento local, mas a eficiência em interligar os núcleos de desenvolvimento arbitrados pelos grandes projetos para a região.

Nas cidades, as rotas terrestres se tornaram símbolo desta modernidade. No final do século XIX e início do século XX várias intervenções modernizantes, tanto no traçado urbano quanto na dotação de infra-estrutura e serviços urbanos como iluminação, sistema de bondes, entre outros, permitiram a expansão consolidada das cidades por terra. Em meados do século XX, Belém era vista como duas grandes áreas funcionais: a comercial (Velho Centro, Ver-o-peso e zona portuária) e residencial, sendo uma elegante (Nazaré e São Braz), arborizada, com mansões cercadas por jardins (herança lemistá^{iv}), uma modesta (contornando os bairros centrais, com casas no alinhamento da rua, algumas com jardins laterais) e outra pobre, na periferia. Todo o território além-rios foi ignorado no processo civilizatório e desenvolvimentista, embora pertencentes ao patrimônio da municipalidade.

Não vamos aqui discutir os impactos físicos destas intervenções, contudo, muito mais que a inserção de vias, os cidadãos puderam fluir pela cidade com maior alcance e rapidez. A área urbanizada de Belém sofreu bruto aumento por conta destas intervenções em pouco mais de um século, e mais: foi interligada à rede rodoviária brasileira. A estrada de ferro foi desativada no terceiro quartel do século. Os bondes foram substituídos por ônibus e o aeroporto passa a permitir um aumento do fluxo turístico, que passa a colaborar intensamente na balança comercial do município. Mas a população pobre vive em estrutura subnormais, alheia às mudanças da cidade. As áreas que foram “ignoradas” fora dos núcleos urbanos, passa a ser vista sob a necessidade de uma política desenvolvimentista associada aos Grandes Projetos para toda a Amazônia. Esta síndrome de inversão de valores passou a ser uma constante nas últimas décadas do século XX, potencializando um cenário de oposições e contrastes.

Etnografia do caminho conhecido

A perspectiva do *flâneur* sempre foi, a nosso ver, a melhor posição para a arte e a arquitetura. Ser uma pessoa que caminha pelo espaço da cidade moderna a fim de experimentá-la, como Charles Baudelaire, para ser afetada de forma indireta, quase involuntária pela experiência urbana, como propõe Walter Benjamin^v, como método de pesquisa. Também é este mesmo sentido

da etnografia: aproximação e distanciamento com seu objeto de pesquisa a fim de perceber meandros, detalhes e “piscadelas” que se estabelecem em princípio como ícones que podem revelar todo o enredar do tecido cultural, ou a “*teia de significados*” proposta por Geertz^{vi}. De forma não prevista, assim vem sendo a pesquisa sobre a igreja de Santana do Bujaru e o foi a sobre os monumentos de Belém. Na primeira temos como agravantes sua distância, dificuldades de acesso e outros problemas inerentes ao momento da pesquisa, exigindo uma observação em detalhes, sobre vários prismas, mas de forma densa e sistemática. Sobre o acervo de Belém, as dificuldades inerentes da proposta, de abarcar o conjunto dos monumentos do município de Belém, entendendo-os como representativos, independentemente de sua localização, como marcos do tempo. Em ambos, nem sempre o objeto é o foco, mas é sempre o objetivo.

Metodologicamente, nos dois casos, houveram cadernos de anotações de pesquisa, mas o principal é o de registros de campo. O registro das impressões primeiras, só assumiram significado ou forma inteligível *a posteriori*. É difícil fazer a transcrição imediata dos sentires quando o objeto é repleto de subjetividade.

O presente artigo não se propõe a uma transcrição destes cadernos, mas registrar as reflexões teóricas que surgiram em consequência destes exercícios do fluir e da compreensão dos contextos históricos que os configuraram.

Bujaru



Figura 1: vista aérea da comunidade de Santana do Bujaru, com indicação da localização da igreja de Santana.

A Igreja de Santana está localizada no distrito de mesmo nome^{vii}, no município de Bujaru, estado do Pará. O acesso a esta comunidade se faz por um ramal de terra localizado no quilômetro 25 da estrada PA-140, distando 108 km por via rodoviária de Belém, e a Igreja se localiza às margens do rio Bujaru, nesta localização desde 1759, conforme documentação histórica, embora relatos indiquem a existência de uma igreja à Santana, fundada pelos carmelitas, no século XVII^{viii}. Sobre esta igreja tem-se poucas informações documentais disponíveis. Uma delas é o relato de Dom

monumentos e memoriais. O levantamento parcial e restrito aos limites do Centro Histórico de Belém^{xiii} indicava a inexistência de dados sobre boa parte destes elementos. É evidente que a necessidade de um levantamento de dados o mais completo possível se faz condição básica para que, institucionalmente ou individualmente possa ser trabalhado o acesso às informações sobre este acervo. Contudo, algumas questões surgiram de maneira mais contundente e empurraram o foco da pesquisa para o terreno pantanoso das teorias.

Por que as esferas públicas não respeitam em suas intervenções este patrimônio? Por que os cidadãos não se apoderam deste patrimônio, pulando em sua defesa? Por que muitos, inclusive, ignoram a sua existência? Quais as consequências disto, tanto para o acervo quanto para a cidade (espacial e cultural)? Por que a cidade não é pensada como um todo, em seu planejamento, respeitando as especificidades locais, especialmente no que tange às questões culturais?

Em princípio, muitas perguntas teriam como resposta o desconhecimento, e retornaríamos à necessidade do inventário e sua difusão. Mas, será que esta é realmente a resposta? De que adiantaria uma longa pesquisa sobre um tema que, concretamente, passa aos olhos de todos, todos os dias, sem que ninguém se aperceba? Sim, por que eles estão nas principais praças, ruas, muitas vezes em pontos de destaque focal, o que não lhes garante sequer a integridade física. Exemplo clássico é o Monumento ao Marco da Léguas (FIGURA 3), localizado no eixo da principal via de acesso de Belém, a Avenida Almirante Barroso: embora tombado pela instância estadual e localizado em área de entorno de bem tombado pelo município, o Jardim Botânico Bosque Rodrigues Alves (e sobre o qual poderia-se fazer um artigo a parte por seus valores históricos e artísticos) é ignorado pela maior parte da população de Belém e, porque não dizer, pelos órgãos que deveriam zelar por sua preservação e conservação.



FIGURA 3: Monumento ao Marco da Primeira Léguas Patrimonial e marco fático.

FOTO: Claudia Nascimento, 2005

O terreno das teorias

Antes de qualquer articulação teórica, que apresentar-se-á de forma caótica e fragmentada (como também é a cidade contemporânea), é necessária a leitura livre do Lugar, sob a forma de um exercício, ou melhor, de uma provocação, seja que lugar for. Um passeio pela cidade, com olhos e alma livre, tentando encontrar o que tem de cada um de nós, e o que dotamos à cidade com a nossa existência. Apenas ver (deixar o olhar fluir), ler (dar sentido às imagens que surgem) e reconhecer (identificar nas imagens significados e proximidades). Certamente serão descobertos elementos nunca vistos, que passarão a assumir o protagonismo de outros passeios por estes espaços, como achados; a alguns serão revelados aspectos visuais impensados e outros nos trará referências memoriais. O fato é que, para quem se propõe ao exercício de vivenciar, mesmo que minimamente os espaços, eles passam de lugares indistintos para lembranças: saem do ambiente exterior e interioriza, ou como elementos de rememoração (trazendo à lembrança dados anteriores da vida) ou tornando-se por si a própria referência, tornando-se familiares a partir dali.

Ainda que a arquitetura (e estendamos a todo elemento de caráter físico e tridimensional) seja vista como um meio de comunicação simbólico e espacial, sem mergulharmos na questão do contexto onde ela se insere, temos uma relação de familiaridade se fizermos a justa analogia entre

as estruturas de arranjo que se estabelecem no espaço doméstico, como nos apresenta Baudrillard, aos espaços familiares embora coletivos. Para a comunidade de Santana do Bujaru, sua igreja faz parte de um processo “doméstico”, fazendo com que a aproximação e incorporação deste bem pela comunidade garanta a permanência do bem arquitetônico, garantindo que esta esteja em pé por todos estes séculos, tornando-a em lugar onde a memória é viva e rica. Em poucas situações podemos contemplar tamanha complexidade simbólica que nos ligue a um contexto histórico de, certamente, mais de duzentos anos. Esta presença física e simbólica reafirma a afirmação de Baudrillard, onde

“aquilo que faz a profundidade das casas de infância, sua pregnância na lembrança, é evidentemente esta estrutura complexa de interioridade onde os objetos despenteiam diante de nossos olhos limites de uma configuração simbólica chamada residência. (...) Seres e objetos estão, aliás, ligados, extraindo os objetos de tal conluio [real e moral] uma densidade, um valor afetivo que se convencionou chamar de presença.”^{xiv}

Com os marcos do tempo da cidade de Belém, o processo de aproximação e familiarização raramente é suficiente para que haja a apropriação deste ou daquele espaço como bem de um coletivo. Normalmente quando isto acontece, é entendido de forma equivocada pelo poder público, como os grupos de cultura “hip-hop” ou outras expressões que são vistas como inadequadas ao apropriar-se do espaço público. De fato, não há o valor afetivo ao objeto ou espaço primevo, mas outras relações de apropriação e afetividade se estabelecem nestes casos o tempo presente, que são desconsideradas. Já identificamos aqui mais um choque entre a ação pública e a dinâmica do espaço.

Quantos conhecem a cidade onde vivem? Passamos tão ao largo da realidade que nos cerca, presos aos nossos mundos que construímos a partir das necessidades individuais (às vezes tão abstratas), sem perceber um mundo real, concreto, físico diariamente à nossa volta. Este mundo exterior que nos contém é simbólico, quer nas relações humanas, quer nas relações homem-espaço e homem-objetos. Mas nem sempre é possível uma simples mudança de atitude do olhar: às vezes é necessário uma verdadeira mudança de rota, como é o caso de Santana do Bujaru, ou ao menos de postura do olhar, como apreciar detalhes do trajeto diário pela Avenida Almirante Barroso, que traz outras surpresas. Tanto a rodovia PA-140 quanto a Avenida Almirante Barroso são espaços em que o ritmo e a relação física e de escala foram alterados pelas demandas da Modernidade. Não mais boulevares ou passeios públicos onde o homem possa estabelecer os circuitos e a velocidade: os circuitos já estão determinados por vias lógicas e eficientes, onde a velocidade é estabelecida pela eficiência do alcance de um objetivo. Isso para já era claro desde a origem da consolidação do pensamento dos modernistas:

*“Aquilo que era admissível e até mesmo admirável no tempo dos pedestres e dos coches pode ter-se tomado, atualmente, **uma fonte de problemas constantes**. Certas avenidas concebidas para assegurar uma perspectiva monumental coroada por um monumento ou um edifício são, **no presente, uma causa de engarrafamento, de atraso, e, às vezes, de perigo**. Essas composições de ordem arquitetônica deveriam ser preservadas da invasão de veículos mecânicos, para os quais não foram feitas e a cuja velocidade nunca poderão ser adaptadas. **A circulação tornou-se hoje uma função primordial da vida urbana**” (grifos nossos).^{xv}*

Assim, delimitavam claramente o Lugar do patrimônio: à margem do progresso.

Considerações preliminares sobre o Lugar

Existe um envolvimento de fato da comunidade, tanto de Santana quanto de Bujaru como um todo, com a igreja e com o distrito de Santana. Eles reconhecem-na como marco histórico de fundação do município, embora atribuam que a igreja tenha sido construída no final do século XIX. Existe um envolvimento social que faz da festividade de Santana, ao lado da Festividade de São Joaquim e de Santa Maria em Guajará-Açu, no município, uma das principais datas do calendário, juntamente com algumas ações recentemente transformadas em eventos, como o Festival do Jet-Ski e o Festival Gastronômico. Assim, de acordo com a visão local, isto é, os habitantes de Bujaru, Santana é um Lugar de Memória no sentido pleno, isto é, um local de referência cultural e histórica legítima e referendada pela comunidade como sendo de grande importância, sendo a igreja de Santana a sua principal referência.

Em Belém, a relação entre os cidadãos é institucionalizada e mediada pelas ações ou ausências do poder público. Não há uma apropriação dos monumentos e espaços sem conflitos, muitas vezes intencionais, como uma forma de reação à própria inépcia do ente público. As relações humanas não se restringem a um espaço e comunidade, o fluxo de interesses e entre espaços é a constante. Por sua vez, na cidade as tensões políticas são potencializadas, permitindo, de uma forma ou de outra, que as reivindicações possam ser ouvidas. Existem leis que estabelecem os limites dos direitos e relações sociais; existem meios, inclusive que dispensam o embate físico e direto, como as mídias, que fazem a aproximação e amplificação dos problemas. Nada disso garante a integridade destes elementos que vem sofrendo degradação e desaparecimento gradativo. Em documento da Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL datado de 1994 sobre as obras localizadas no Centro Histórico de Belém, por exemplo, temos quarenta monumentos listados, e pudemos identificar durante a pesquisa realizada entre os anos de 2004 e 2005^{xvi}, que doze foram retirados de sua localização original no período de dez anos: nove desaparecidos ou recolhidos em depósitos, dois reposicionados e uma obra doada a museu particular; acompanhamos o fato que o processo continua, embora nos falte levantamento numérico mais recente.

Em Bujaru, outras observações foram registradas que, embora não sejam objetivamente ligadas à arquitetura, dizem sobre a localidade. Em uma das visitas feita ao sítio e à igreja, se revelaram questões incisivas quanto à saúde daquela comunidade, como a presença de morcegos e carrapatos em abundância. Este fato revelou que a comunidade apresenta problemas relevantes de saúde pública, o que denota um certo grau de abandono institucional desta comunidade.

Poderíamos estabelecer aqui um paralelo crítico entre as duas situações.

Território de memórias e não-lugares

Bujaru possui vários lugares onde a comunidade mantém efetivamente uma relação física e simbólica, traduzido-se em expressões e narrativas que assumem corpo no discurso com sua população. A memória oral é a grande fonte de informação desta comunidade. Um sem-número de pessoas indicou pessoas idosas que são guardiãs deste ou daquele legado de informação. Neste ponto não há como não lembrar das palavras iniciais de Nora:

*“Aceleração da história. Para além da metáfora, é preciso ter a noção do que a expressão significa: uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – **uma ruptura de equilíbrio** (grifo nosso). O arrancar do que ainda sobrou de vívido no calor da tradição, no mutismo do costume, na repetição ancestral, sob o impulso de um sentimento histórico profundo. A ascensão à consciência de si mesmo sob o signo do terminado, o fim de alguma coisa desde sempre começada. Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais.”^{xvii}*

Poderíamos certamente considerar o discurso de Nora como verdadeiro e factível, se observássemos apenas sob o prisma do contexto urbano. De fato as relações no contexto urbano afastam cada vez mais do equilíbrio da tradição repassada pela repetição, de geração em geração, fortalecido pelas relações humanas. As experiências acumuladas vêm mediadas pelo processo de produção e de “eficientização” da vida: chegar mais rápido, ser mais sucinto, ser objetivo em seus projetos e ações^{xviii}.

A realidade percebida em Bujaru é que os dados históricos ainda subsistem como tradição e construção coletiva. As referências documentais se tornam menos relevantes que o dado humano, que as relações interpessoais que garantem desde o transporte até a informação^{xix}, passando pela segurança da escolha do melhor caminho. Contudo este contexto é invisível à quem passa por Bujaru que é reduzido ao porto onde atraca a balsa e rota para cidades como Igarapé-açu e Acará. Bujaru é um duplo: o do que passa e o do que está.

Contudo a verdade da memória e da tradição é ao mesmo tempo riqueza e fragilidade. Neste sentido temos dois focos: o da memória e da história como oposições e metáforas do legítimo e da construção cultural. Não posso me furtar em relembrar o ocorrido em relação à imagem que a comunidade de Santana do Bujaru tinha como “Nossa Senhora do Carmo”, tendo sido identificada, de acordo com seus atributos iconológicos, como “Santa Bárbara”. Qual seria a verdade a se preservar: a cultural ou a científica? Como ficariam todas as orações que foram encaminhadas para a Mãe de Deus, porém para o endereço errado? Os encontros de reza de terço, as promessas, os milagres, enfim, a fé? E depois de nossa passagem pela comunidade, teria sido relevante as nossas descobertas, toda a relação de culto à Nossa Senhora seria mudado para outra santa, as carolas desconsiderariam as nossas “verdades” ou elas virariam piada frente ao seu grupo? Não raramente encontramos exemplos destas construções míticas, que tornam-se fundamentais para a identidade da população de um lugar. Ainda em Bujaru, na comunidade de Guajará-Açu, a igreja, conhecida como “Santa Maria” possui como orago uma pequena imagem de São João Batista no seu nicho central. E o que importa se a igreja é de Santa Maria ou de São João Batista se, na verdade de seu povo eles chamam de “*nossa pequena Sé*”? Até quanto a ruptura com o ciclo de identidade, mesmo que evado de “erros” na cientificidade das informações, não pode provocar um hiato na tradição? Não raras vezes nos defrontamos com situações semelhantes, onde nos orgulhamos por descobrir o documento inédito e o fato novo que revolucionará o lugar-comum das verdades estabelecidas. Muitas vezes não temos como escapar do enfrentamento, mas, nas vezes em que como profissional fomos chamados a um posicionamento, a opção foi por manter a capa das verdades sociais, mais afim com o contexto. Como a manutenção da pátina, do estrato de solo que protege as informações relevantes de fato. “*A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual...*”^{xx}. Fica a opção entre deixar de lado as afirmações científicas e respeitar a memória ou de produzir um lugar de verdades-de-ninguém que serão, certamente, ressignificadas.

Mas como fazer isso onde não existe a memória viva da sociedade?

Esquecimento e patrimônio

“Há locais de memória porque não há mais meios de memória.” (Pierre Nora)

Há uma relação clara entre abandono e a transformação de um bem em Lugar de Memória. Porém, enquanto que, para a população de Bujaru, Santana é um lugar onde pode-se alimentar a utopia da preservação da memória, alheia à necessária mercantilização da urbe, em Belém poderíamos assumir o conceito de Lugar de Memória na concepção clássica, isto é, na necessidade de mantê-lo como receptáculo de uma memória inexistente no fato cultural, na dinâmica da vida.

Bauman tenta analisar os Lugares que surgem com a modernidade, como construções vazias de significados culturais.

“Este ‘lugar sem lugar’ auto-cercado, diferentemente de todos os lugares ocupados ou cruzados diariamente, é também um espaço purificado. Não que tenha sido limpo da variedade e da diferença, que constantemente ameaçam outros lugares com poluição e confusão e deixam a limpeza e a transparência fora do alcance dos que os usam (...) excluído o risco da aventura, o que sobra é divertimento puro, sem mistura ou contaminação.”^{xxi}

Em Belém o espaço público não é mais o espaço de socialização, pois oferece o risco do acaso (some-se aí a própria violência), da diversidade: assumem este papel os shoppings. Santana do Bujaru é um espaço vazio, a margem da construção histórica e modernizadora da região, que agora só tem significado para as pessoas que vivem naquele lugar. Nos séculos em que o rio era a grande via de locomoção, Santana localizava-se de forma coerente. Com a construção da rodovia PA-140, tornou-se um dos

“lugares que ‘sobram’ depois da reestruturação de espaços realmente importantes: devem a sua presença fantasmagórica à falta de superposição entre a elegância da estrutura e a confusão do mundo (qualquer mundo, inclusive o mundo desenhado propositalmente), notório por fugir a classificações cabais. Mas a família dos espaços vazios não se limita às sobras dos projetos arquitetônicos e às margens negligenciadas das visões do urbanista. Muitos espaços vazios são, de fato, não apenas resíduos inevitáveis, mas ingredientes necessários de outro processo: o de mapear o espaço partilhado por muitos usuários diferentes.”^{xxii}

A localização e a resistência da presença dos elementos tridimensionais de valor artístico na cidade de Belém são uma concessão às necessidades de modernização da urbe. Não são determinantes para os traços dos projetos, mas são movidas, alteradas de seus contextos, removidas, recolhidas dos olhares para o bem das necessidades que surgem a cada geração. São sobras de lembranças de tempo e mantém esta mesma fantasmagoria de espaços vazios, sem a familiaridade que defende Baudrillard, sem significado, como nos apresenta os Não-lugares de Augé, sendo Lugares de Memória no sentido lato, como propõe Nora.

Santana do Bujaru, expressa materialmente em sua igreja e o acervo que a ela pertence possui uma dupla (senão tripla) relação: a primeira com a população que habita o distrito que, sendo ou não católicas, não tem como desconsiderar o lugar físico e simbólico da igreja; a segunda com a população de Bujaru e aqueles que veem na igreja de Santana o seu potencial histórico, cultural e, porque não dizer, econômico como atrativo turístico – para estes a igreja é história de Bujaru manifesta neste lugar; para aqueles que seriam atraídos eventualmente para lá, Santana seria um Lugar de História (se fosse apresentado, traduzido como tal) e um Não-Lugar, por não estabelecer vínculo identitário legítimo. Poderia ainda dizer que para os que passam pela PA-140, Santana do Bujaru e sua igreja simplesmente não existem.

“O vazio do lugar está no olho de quem vê e nas pernas ou rodas de quem anda. Vazios são os lugares em que não se entra e onde se sentiria perdido e vulnerável, surpreendido e um tanto atemorizado pela presença de humanos.”^{xxiii}

Neste ponto, quem se aventuraria a saltar de seu carro, no meio da Avenida Almirante Barroso para apreciar de perto o Monumento ao Marco da Légua, ler suas inscrições e entender que, o relevante ali não é o monumento, mas o marco fálico? Quem faria a relação deste marco com outro, no cunhal do Palácio Velho, na Rua Doutor Assis, a uma légua de distância, no bairro da

Cidade Velha? Mesmo para os ciclistas, que têm duas estreitas faixas de fluxo que ladeiam o referido monumento, estes que têm uma maior aproximação física, quantos circundaram-no para entendê-lo como um conjunto? Quantos realmente sabem o seu sentido e significado histórico?

“As autopistas de alta velocidade – além da informatização – transformaram por completo o perfil das grandes cidades e, portanto a nossa experiência e nossa maneira de ver. O indivíduo contemporâneo é em primeiro lugar um passageiro metropolitano: em permanente movimento, cada vez mais pra longe, cada vez mais rápido. Esta crescente velocidade determinaria não só o olhar mas sobretudo o modo pelo qual a apropria cidade, e todas as outras coisas, se apresentam a nós.”^{xxiv}

Contudo, o próprio discurso do modernismo enfocava os riscos desta crescente aceleração:

“Ébria de velocidade e de movimento, dir-se-ia que a sociedade toda se pôs, inconscientemente, a girar em torno de si própria; tal qual avião em parafuso dentro de uma bruma cada vez mais opaca. Dessa embriaguez só se escapa com a catástrofe, quando se fica pregado, pelo choque, no chão”^{xxv}

A velocidade também deveria ser o novo ritmo das mudanças na cidade onde a sociedade da máquina, composta de *homens-tipo* possuiriam *necessidades-tipo*: sol, espaço e vegetação. Os modernistas defendiam de forma firme os valores arquitetônicos que deveriam ser salvaguardados como qualificadores da vida do ser humano. A visão seletiva dos modernistas, que consideravam a complexidade da cidade, não consideravam a necessidade de relação do bem como seu entorno, muito menos entender as relações simbólicas que estes bens possam ter, que sua existência material como suporte de valores humanos e sociais, de vida longa. Talvez outro erro do pensamento dos arquitetos e urbanistas progressistas tenha sido desconsiderar outras formas de relação com os espaços, reduzindo tanto as necessidades humanas. Discurso que, por sua simplicidade e reducionismo, prolifera, como um câncer em metástase que continua indo muito bem^{xxvi}.

Patrimônio: o que se sente, o que querem que se sinta

“A obra é sempre a mesma, mas as consciências mudam.” (Giulio Carlo Argan)

Precisamos nos preocupar com as consequências de nossas ações técnicas, que possuem um alcance muito mais profundo que a eficiência ou precisão. Quando revelamos um fato histórico ou uma informação, essas pesquisas, ao mesmo tempo em que revelam novas dimensões da vivência de um grupo, falam a eles que não são o que eles acreditavam ser, estanca o ser de sua realidade cotidiana: a igreja invade de pessoas atentas e desconhecidas, que reviram sua casa e ressignifica suas referências; os transeuntes da praça passam a considerar apenas os monumentos – como uma via-crucis – e relega a segundo plano o fluir no espaço.

Esta nova dimensão não pode ser aberta sem a participação da comunidade. Há a necessidade de sistematização dos testemunhos revelados durante a pesquisa, e mais que colocá-los a disposição da pesquisa acadêmica ou dos órgãos públicos, devemos construí-la e disponibilizá-la em conjunto com o meio social em que se insere. Apenas eles têm o mandato para determinar que informações devem receber relevo em relação a outras.

Em Santana do Bujaru, não tratamos em descobrir “*sinais visíveis daquilo que foi (...) no espetáculo dessa diferença o brilho súbito de uma identidade inencontrável [ou] o deciframento de que estamos à luz do que não somos mais*”^{xxvii}, mas entender que lá não há nada para ser descoberto

ou que seja mais verdadeiro ou relevante que a memória viva e a identidade de um lugar, fornecer as armas do conhecimento para que possam usá-las como acharem mais adequado.

Um documento muito importante, entre tantos, é a Carta de Veneza, a primeira carta do ICOMOS, e que surge como contraponto à Carta de Atenas do CIAM, enumerando artigos sobre questões de preservação, conservação, restauração e outros tantos temas relativos aos bens culturais. Neste documento temos que:

*“A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a **uma função útil à sociedade**; tal destinação é portanto, desejável, **mas não pode nem deve alterar à disposição ou a decoração dos edifícios**. É somente dentro destes limites que se deve conceber e se pode autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes.*

*(...) **A conservação de um monumento implica a preservação de um esquema em sua escala. Enquanto subsistir, o esquema tradicional será conservado**, e toda construção nova, toda destruição e toda modificação que poderiam alterar as relações de volumes e de cores serão proibidas.*

*(...) **O monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa**. Por isso, o deslocamento de todo o monumento ou de parte dele não pode ser tolerado, exceto quando a salvaguarda do monumento o exigir ou quando o justificarem razões de grande interesse nacional ou internacional.”^{xxviii} (grifos nossos)*

É importante perceber que o ICOMOS se caracterizou como um marco de ampliação dos conceitos sobre o patrimônio cultural. Em 1986 temos um conceito ainda mais ampliado de patrimônio, na Declaração do México:

*“O patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e **o conjunto de valores que dão sentido à vida** (grifo nosso). Ou seja, as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas.”^{xxix}*

Embora a dinâmica da preservação também seja mutável, todos que se preocupem com o tema sejam tidos, em última instância, como reacionários, “o objetivo último da preservação é a manutenção e potencialização de quadros e referenciais necessários para a expressão e consolidação da cidadania. **É nessa perspectiva de reapropriação política do espaço urbano pelo cidadão que a preservação incrementa a qualidade de vida** (grifo nosso).”^{xxx} E é desta forma que deve ser encarado o papel de toda e qualquer ação de preservação: olhando sempre para o presente e para o futuro. “A **proteção dos patrimônios culturais deve certamente ser conservacionista, mas não conservadora.**”^{xxxi}

Se fizermos o exercício de lermos novamente a Carta de Veneza e os demais documentos de referência produzidos pelo ICOMOS e IPHAN, desnudando-nos da roupa que nos foi vestida pelo Modernismo progressista, eficiente e rápida, para entendê-los sob um olhar antropológico e humanista, expressões como “*função útil*”, “*disposição ou decoração dos edifícios*”, “*preservação de um esquema em sua escala*” estarão mais de acordo com a realidade que temos de situarmos o Lugar do patrimônio cultural. Não é o Lugar físico, onde as áreas de entorno e proteção são determinadas por raios, quadras e gabaritos, pré-concepções éticas porque justas e igualitárias, mas um espaço êmico, onde as conexões não são simbólicas. Desta forma, fica mais lógico a compreensão da história através das conexões não lineares, de testemunhos dispersos em territórios

distantes. É claro que isso é complexo e talvez não seja facilmente assimilável como uma construção “racional”, se apresentada como proposta para estabelecimento de uma política pública de preservação.

Jerusa Ferreira escreve que “o opróbrio parece então o efeito de um ‘bem’ cultural, comum a um dado consenso, ligando-se aos usos ou costumes de um grupo”.^{xxxii} O respeito à diversidade se opõe ao senso de uma identidade cultural homogênea em determinado contexto. Por sua vez, a defesa e proteção destes, e de outros bens constituintes de nossa cultura faz parte de uma necessária preservação “espiritual” do homem.

“Além disso, com que direito ou mandato se pode determinar hoje quais serão as condições da vida social dentro de vinte ou cinquenta anos?”

A esta pergunta podemos responder que as gerações que nos precederam construíram monumentos, palácios, catedrais, que até hoje constituem dados, condições, limites para o planejamento urbano. Mas a objeção não tem fundamento, porque os antigos construíram esses edifícios para as suas exigências, não para as nossas – e sem dúvida construíram-nos sólidos e imponentes não para que permanecessem válidos no futuro, mas com a idéia de que permanecessem eternamente válidos os valores que esses edifícios deveriam representar. Livres as gerações posteriores para demoli-los, como foi feito e, infelizmente, se continua a fazer. Trata-se, enfim, de uma herança, e não de um planejamento. Se conservarmos esses monumentos, o fazemos porque esta é uma exigência da nossa cultura, tanto assim que atribuímos a eles um significado completamente diferente daquele pelo qual foram construídos”^{xxxiii}. (grifos nossos)

Eis onde se estabelece o impasse entre o que preservar: não estamos preservando para nosso tempo, como acreditam alguns teóricos, nem tampouco resgatando o passado idílico, mas precisamos pensar em preservar na perspectiva do tempo futuro, não como tutela pesada aos entes públicos, mas como apropriação social do grupo que o guardará em proteção, muito além e mais que qualquer política pública ou lei. A cultura não se opõe ao caos, mas a um sistema de signos oposto. “Barbárie não é necessariamente gritos e sangue. Pelo menos, não no começo. Outro nome para barbárie é indistinção. Quando uma época não consegue distinguir entre uma coisa e seu contrário, essa é uma época de barbárie.”^{xxxiv} Sabermos distinguir efetivamente o que seja ou não cultura no nosso tempo é um exercício árduo, mas sem dúvida indispensável.

Se a memória se constrói literalmente, de maneira afetiva^{xxxv}, também é necessário estar atento que

*“de um modo ou de outro a cultura se dirige contra o esquecimento. Vive-o transformando-o num dos mecanismos da memória. Por conseqüência, podem-se criar hipóteses sobre precisas limitações no volume da memória coletiva que determinaram a substituição de uns textos [culturais] por outros. Mostra **que existe um grande abismo entre o esquecimento enquanto elemento da memória e enquanto instrumento de destruição desta memória** (grifo nosso). Ocorre levar em conta que uma das formas mais agudas de luta social na esfera da cultura é a imposição de uma espécie de esquecimento obrigatório de determinados aspectos da experiência histórica. É claro que esta afirmação tem de ser relativizada, e não existe passividade que acolha totalmente um ‘esquecimento obrigatório’, imposto por um sistema político ou pela comunicação de massas”^{xxxvi}.*

A invisibilidade, para além dos aspectos fisiológicos, seria a incompreensão deste processo de apropriação dos Lugares, provocado pela construção do espaço que esteve distante do contexto

social e antropológico a que se dirigem. O espaço amazônico é privilegiado na diversidade e na amplitude, que permite que alguns territórios possam ser analisados com pouca interferência de construções exógenas, como o afã de modernidade que tem canibalizando a cultura.

A luta por meios de preservação dos bens culturais, sejam materiais ou imateriais (pois eles não são estanques) podem ser formas de garantir que a gestão local seja realmente significativa para a sua população. A apropriação do contexto cultural, mais que formas de tutela, se legítima, pode ser capaz de sinalizar caminhos impensados para o desenvolvimento. À comunidade de Santana do Bujaru é necessária ação de preservação, não necessariamente de sua igreja, mas de suas relações com a realidade que os cerca, dotando meios mais dignos de vida. Preservar seu bem arquitetônico é apenas um detalhe, mas também tem que estar fortalecidos para resistir aos discursos estrangeiros, como o de valorização econômica da imagem de cedro de sua padroeira ou de outra qualquer vantagem para o suprimento de suas demandas de emergência, como saúde, abastecimento e direito de ir e vir, por exemplo. Por mais de duzentos anos a população de Bujaru soube preservar suas igrejas e ruínas, não sem perdas, e é necessário alertar sobre o risco destas perdas, para que eles não cheguem ao caso crítico de Belém^{xxxvii}, com perdas tão significantes e constantes. Belém, por sua vez, precisa estar atenta com o que acontece na outra margem do rio, buscar aprender e encontrar o seu caminho, certo que não serão ações generalizantes que, numa capital com sua complexidade, chegaram ao caminho da proteção de seus bens culturais. As políticas de preservação devem, neste caso, contemplar levantamentos e inventários, com o máximo de participação popular e difusão. Os processos técnicos, informática, internet e outros estão construindo novas realidades de associação e movimentos sociais. Considerando que as relações humanas estão cada vez mais virtuais, que os meios de comunicação são extensões do homem, como diria Marshall McLuhan^{xxxviii}, e que o caminho da preservação tem que visar o devir, não podemos desconsiderar estes meios.

Referências

- ABELÉM, Auriléa Gomes. **Urbanização e remoção: por que e para quem?** CFCH / NAEA / UFPA - Belém, 1988.
- ARGAN, Giulio Carlo . **História da Arte como História da Cidade** . São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade** . Campinas/SP: Papirus, 1994 (Coleção Travessia do Século)
- BAUDRILLARD, Jean. **O Sistema dos objetos**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1993
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas III – Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BINDE, João Luis. **Não Lugares - Marc Augé**. ANTROPOS – Revista de Antropologia – Volume 2, Ano 1, Maio de 2008 (p.121/124)
- BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002

- CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis**. Companhia das Letras, 1990. 1ª ed (tradução Diogo Mainardi)
- CHOAY, Françoise . **A alegoria do Patrimônio** . São Paulo: Estação Liberdade/Editora UNESP, 2001.
- _____. **O Urbanismo: Utopias e Realidades – Uma Antologia** . São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.
- CIAM . **Carta de Atenas - 1933** . disponível em: <http://www.iphan.gov.br/cartas/atenas33.htm>. Acesso em 1 de agosto de 2004.
- COELHO NETO, José Teixeira . **O que é ação cultural** . São Paulo: Editora Brasiliense, 1988 (Coleção Primeiros Passos, nº 216).
- CRUZ, Ernesto . **Monumentos de Belém** . Belém: IHGP, 1945.
- DEPH/FUMBEL . **Monumentos de Belém** . Belém: Departamento de Patrimônio Histórico da Fundação Cultural do Município de Belém, 1992-1993. (levantamento de esculturas, placas, coretos chafarizes e outros elementos do Centro Histórico de Belém)
- DPHAC/SECULT. **Levantamento preliminar do Patrimônio Cultural do município do Acará - 2009** (Relatório Técnico nº 033/09)
- FERREIRA, Jerusa Pires . **Armadilhas da Memória e outros ensaios** . Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2003.
- FREIRE, Cristina . **Além dos Mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo** . São Paulo: SESC: Annablume, 1997.
- GEERTZ, Cliford. **A interpretação das Culturas**. Zahar. Rio de Janeiro, 1973.
- ICOMOS . **Carta de Veneza - 1964** . Veneza: II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, maio de 1964. disponível em: <http://www.iphan.gov.br/legislac/cartaspatrimoniais/veneza-64.htm>. Acesso em 1 de agosto de 2004.
- _____. **Declaração do México - 1982** . Cidade do México: Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, 1982. disponível em: <http://www.iphan.gov.br/legislac/cartaspatrimoniais/mexico-86.htm>. Acesso em 1 de agosto de 2004.
- IPHAN . **Carta de Petrópolis - 1987** . Petrópolis: 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos, 1987. disponível em: <http://www.iphan.gov.br/legislac/cartaspatrimoniais/pepolis-87.htm>, em 1 de setembro de 2011.
- LE CORBUSIER, Charles-Edouard Jeanneret dito. **Planejamento Urbano** . São Paulo: Perspectiva, 1984.
- LUSTOSA, Antonio de Almeida. **No estuário amazônico: à margem da visita pastoral**. Belém : Conselho Estadual de Cultura, 1976.

- LYNCH, Kevin et al . **Cidades – A Urbanização de Humanidade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977, 3ª edição.
- MARQUES, F. L. T. . **Engenhos dos jesuítas no estuário amazônico**. In: XI Jornadas Jesuíticas, 2006, Porto Alegre. Resumos, 2006.
- _____. **O Índigena em Engenhos Coloniais no Estuário Amazônico: uma abordagem arqueológica**. In: II Seminário de História do Açúcar: trabalho, população e cotidiano, 2007, Itu. II Seminário de História do Açúcar: trabalho, população e cotidiano. Itu, 2007. v. 1.
- MEIRA FILHO, Augusto. **Evolução Histórica de Belém do Grão-Pará**. Belém: Grafisa, 1976
- NASCIMENTO, Claudia Helena Campos. **Evolução Urbana de Belém** . Belém: DAU/UFPA, agosto de 1998, 37p. (artigo produzido para a disciplina de Teoria e Análise Regional e Urbana II. Trabalho não publicado)
- _____. **Panorama da evolução urbana e arquitetônica de Belém**. Belém: DEPH/FUMBEL, abril de 2004, 4p. (apostila elaborada para o projeto *Educar para Preservar*, do Departamento de Patrimônio Histórico da Fundação Cultural do Município de Belém. Trabalho não publicado).
- _____. **Marcos do Tempo** . Belém: UFPA, 2005, 162p. Monografia (Especialização em Semiótica e Artes Visuais) – Programa de Pós-Graduação em Artes, Instituto de Ciências da Arte, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.
- _____. **Marcos do Tempo**. Belém: UFPA, 2010, 15p.. In: **Anais do V Fórum de Pesquisa em Arte**. Belém: Instituto de Ciências da Arte/UFPA, 2010.
- _____. **Igreja de Santana do Bujaru: pesquisa a partir de índices**. Belém: UFPA, 2010, 9p.. In: **Anais do V Fórum de Pesquisa em Arte**. Belém: Instituto de Ciências da Arte/UFPA, 2010.
- NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. In: **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo: EDUC/PUC-SP, 1993 (Série “Projeto História”, 10).
- PEIXOTO, Nelson Brissac. **O Olhar Estrangeiro**. In: NOVAES, A. (org.). **O olhar**. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, pp. 361-363.
- PENTEADO, Antônio Rocha. **Belém - Estudo de Geografia Urbana** vol. 1. Coleção Amazônica - Belém, 1968;
- PRAT, Fr. André . **Notas históricas sobre as missões carmelitanas no extremo norte do Brasil (Séculos XVII e XVIII)**. Recife, 1941.
- RODRIGUES, Paula Andréa Caluff. **Traços de Antônio Landi (1713 / 1791) nas paróquias da Amazônia: estudo imagético, tipológico e estilístico de igrejas da Mesorregião do Nordeste Paraense**. Belém: UFPA, 2008.
- ROSÁRIO, José Ubiratan. **Belém urbe amazônica: seu destino, evolução e perspectivas**. MITOGRAPH - Belém, 1980.
- _____. **Amazônia, processo civilizatório: apogeu do Grão Pará**. UFPA - Belém, 1986.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)**. Belém: Paka-Tatu, 2000.

_____. **Memórias do velho intendente**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

ⁱ Sob o título “*Igreja de Santana do Bujaru: caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas*”, orientação do Prof. Dr. Fernando Marques, arquiteto e arqueólogo do Museu Paraense Emílio Goeldi.

ⁱⁱ Monografia sob o título “*Marcos do Tempo*”, orientação da Prof.^a Arq. Ms. Elna Maria Andersen Trindade, da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Pará, concluída em 2005.

ⁱⁱⁱ Partiremos dos conceitos de *Não-Lugar* (Pierre Nora) e *Lugar de Memória* (Marc Augé) para contextualizar, ao longo do texto, situações concretas sobre a questão do patrimônio material.

^{iv} Quando falamos “herança lemistá” estamos fazendo referência ao período das gestões de Antônio José de Lemos (entre 1897 e 1912) a frente da Intendência de Belém, quando implementa o Código de Polícia Municipal de Belém (1901), primeiro esforço de regularização das posturas urbanas que, somando-se aos anteriormente citados planos de traçados para a Primeira Léngua Patrimonial da Municipalidade de Belém e a instalação de serviços de iluminação, transporte por bondes e outros visava a dotar Belém de uma feição moderna, de acordo com os princípios sanitaristas de inspiração européia. Sobre o assunto temos as obras de Maria de Nazaré SARGES - **Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)**, 2000 e **Memórias do velho intendente**, 2002 - referência sobre este recorte temático-temporal.

^v Para maior aprofundamento, BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas III – Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo**, 1994.

^{vi} GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**, 1973

^{vii} Santana, localizada à margem do rio Bujaru, foi o marco-zero do atual município de Bujaru, mas foi titulada no século XVII como sesmaria, no XVIII como freguesia. A autonomia administrativa do município de Bujaru foi conquistada com a perda do poder local, sendo transferida a sede, tanto eclesiástica quanto administrativa, já no século XX, para as margens do rio Guamá, quando o atual território do município dividia-se em dois distritos: Guajará-Assu, pertencente à Belém, e Bujaru, ligado ao então município do Capim. A sede do município de Bujaru, localizado atualmente em 01°30'54"S - 48°02'41"O, dista cerca de 70 quilômetros de Belém e possui área territorial de 1.005 km². Foi criado em 1943, quando foi desmembrado do município de Capim (atual São Domingos do Capim). Porém o município apresenta duas gêneses: uma administrativa e outra voltada à Igreja, esta ligando a história de Bujaru ao atual município de São Miguel do Guamá.

^{viii} Encontramos em RODRIGUES, Paula Andréa Caluff, **Traços de Antônio Landi (1713 / 1791) nas paróquias da Amazônia**, p.165, porém sem a referência da fonte primária.

^{ix} Sobre a presença carmelita na região, até a expulsão da Ordem, a referência histórica é PRAT, Fr. André, **Notas históricas sobre as missões carmelitanas no extremo norte do Brasil (Séculos XVII e XVIII)**.

^x LUSTOSA, Antonio de Almeida. **No estuário amazônico: à margem da visita pastoral**, p.251

^x Idem, **Ibidem**, p.253.

^{xi} Encontramos em RODRIGUES, Paula Andréa Caluff, **Traços de Antônio Landi (1713 / 1791) nas paróquias da Amazônia**, p.165, porém sem referência da fonte primária.

^{xii} Excluímos do universo da pesquisa as placas indicativas de inauguração de obras públicas que não possuíam inscrição de autoria. Por ter se tratado do estudo de obras com função estética, artística e histórica, estes foram os critérios para o levantamento.

^{xiii} Delimitado pela Lei Municipal nº 7.709 de 18 de abril de 1994, visa proteger a herança da colonização lusa e abarca os bairros da Cidade Velha e Campina, núcleos iniciais de Belém.

^{xiv} BAUDRILLARD, Jean. **O Sistema dos objetos**, p.22.

^{xv} CIAM, **Carta de Atenas – 1933**, Item 57.

^{xvi} NASCIMENTO, Claudia. **Marcos do Tempo**, , 2005, p.110.

^{xvii} NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**, p.7

^{xviii} Exemplo que poderíamos destacar, em risco de digressão, é o das novas “redes sociais” onde as relações se estabelecem por aproximações de interesses e gostos, especialmente o império da visualidade; destaque ao Twitter, onde as mensagens são produzidas com cento e quarenta caracteres, tendo se tornado o principal instrumento de difusão, informação e, inclusive, mobilização social e criação de temáticas de interesse.

^{xix} O município de Bujaru não possui sistema de transporte coletivo regular e, associado às grandes distâncias, o processo de troca de favores estabelece, conforme pode ser observado, como um fundamento de sociabilidade.

^{xx} NORA, *Op. Cit.*, p.9.

^{xxi} BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*, p. 116.

^{xxii} KOCIATKIEWCZ et KOSTERA, In BAUMAN, *Op. Cit.*, p. 121

BAUMAN, *Op. Cit.*, p. 122.

^{xxiii} LE CORBUSIER, *Planejamento Urbano*, p.10

^{xxiv} PEIXOTO, Nelson Brissac. *O Olhar Estrangeiro*, In. NOVAES p.361.

^{xxv} LE CORBUSIER, *Planejamento Urbano*, p.10.

^{xxvi} Aqui parafraseamos um dos trechos mais conhecidos de LE CORBUSIER, em sua verve crítica às cidades radiocêntricas industriais dos primórdios do Modernismo: “*As condições naturais foram abolidas! A cidade radiocêntrica industrial moderna é um câncer que vai indo muito bem!* (grifo nosso) *Aquartelamento e falta de humanidade caracterizam nossos medíocres cubículos de aluguel, mal protegidos contra o ruído*” LE CORBUSIER In. CHOAY, *O Urbanismo*, p. 185. O sentido da paráfrase visa ilustrar que o “câncer moderno”, que antes se espalhava de forma radial e rizomático, agora se instala aleatoriamente, dependendo ou não de condições favoráveis, impondo-se como valor único de progresso.

^{xxvii} NORA, Pierre In. AUGÉ, Marc. *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*, p. 28.

^{xxviii} ICOMOS. *Carta de Veneza - 1964*, art.5º, 6º e 7º.

^{xxix} ICOMOS. *Declaração do México - 1982*.

^{xxx} IPHAN. *Carta de Petrópolis - 1987*.

^{xxxi} ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*, p. 88.

^{xxxii} FERREIRA, Jerusa Pires. *Armadilhas da Memória e Outros Ensaios*, p.99.

^{xxxiii} ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*, p. 226.

^{xxxiv} COELHO NETO, José Teixeira. *O que é Ação Cultural*, p. 27.

^{xxxv} “Memória”, que vem do grego *Mnemosyne*, deusa-mãe das musas e das divindades da inspiração. A memória indicaria ser a mãe de toda inspiração; conservar a memória então seria alimentar este sistema impalpável do campo da criação e do pensamento. “Memória” como sinônimo de “Recordação” (aquilo que se coloca de novo no coração), também traz com mais força esta necessidade de referência à relação de afeto (e de ser afetado).

^{xxxvi} FERREIRA, *Op. Cit.*, p.79.

^{xxxvii} Belém está sendo citada, mas pode ser, no lugar de seu nome, qualquer núcleo urbano.

^{xxxviii} Cito aqui o livro MCLUHAN, Herbert Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem.** Tradução de Décio Pignatari. São Paulo: s.e, 2007.